

Carijós – reavivando a agency indígena¹

Angélica Ripari UEPG-PR

Florencio Rekaig Fernandes UFPR-PR

Resumo: Investigar uma população extinta é uma tarefa de muitas dificuldades, conseguir delinear quem eram, como se reconheciam, suas práticas e sua capacidade de ação diante das circunstâncias. Tratamos dos povos nativos que ocuparam a baía de Paranaguá no século XVI, os povos que a habitavam nos primeiros contatos com os europeus. A história oficial diz se tratar do povo Carijó, afirmam que esta baía marca o berço da civilização paranaense. Narram um primeiro encontro, uma conquista, e nada mais tratam desta população para a fundação das cidades. Tratam com naturalidade que estiveram aqui e simplesmente deixaram de existir. Com séculos de uma versão recontada, é impossível um resgate oral da ancestralidade ou uma busca factível das características de resistência que persistiram.

Ainda assim, buscamos uma reconstrução histórica na qual possamos avaliar a agency dessa população. Investigamos a partir de duas fontes distintas: relatos de viajantes (Binot Paulmier de Gonneville, Álvar Núñez Cabeza de Vaca e Hans Staden); e da literatura historiográfica oficial, obras referenciais locais (Antônio Vieira de Santos, Manoel Viana e Romário Martins). Nestas, buscamos componentes possíveis para compreender a participação ativa destes sujeitos na história, daremos luz, em contraponto, às impossibilidades e dificuldades para esse exercício.

A metodologia da etno-história embasa esta análise, e ainda, provoca questionamentos sobre a utilidade das investigações históricas enquanto ciência ocidental para os povos indígenas da atualidade.

Palavras-chave: Carijós; etno-história; agency.

Estamos no litoral do Paraná, na cidade de Paranaguá, considerada como “berço da civilização” do estado. Foi aqui que a colonização se deu início em terras paranaenses, que em 1585 adentrou pela baía de Paranaguá um grupo de europeus, se apropriaram de uma ilha próxima ao continente (Cotinga), construíram a primeira igreja e estabeleceram o primeiro povoamento (europeu) nestas terras. Esta expedição é salientada com heroísmo e valorizada pela história oficial.

Frente a esta versão, é marginalizado o povoamento indígena que aqui se encontrava. Atravessando a ponte que liga o continente com a Ilha dos Valadares, caminho habitual de uma boa parcela da população, pode-se visualizar a entrada da baía de Paranaguá – costumeiro povoamento de cerca de oito mil nativos, palco do confronto

¹ Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF.

entre as civilizações. Sobre este cenário, pouco se tem de concreto de como estes povos viviam ou se organizavam.

O foco desta investigação é compreender quem eram estes indígenas que povoavam o litoral do Paraná. Partindo deste recorte territorial, temos algumas dificuldades metodológicas. Sendo este povoamento um dos primeiros que sofreram uma escravização massiva, há poucas fontes. Os trabalhos arqueológicos são escassos², um trabalho de interação com a população nativa é inviável visto que os indígenas que aqui povoavam ou se associaram aos exploradores e compuseram a população de sítiantes nas ilhas, ou se inteiraram com outros indígenas aliados ao interior³. Não tendo hoje nem uma concreta certeza sobre qual agrupamento étnico ocupava o litoral paranaense.

Não havendo uma fonte direta e ainda assim propondo um viés desta historiografia compreendendo a atuação deste povoamento na construção do território (opondo-se a uma versão oficial na qual a população indígena é mera coadjuvante passiva), que é construído as linhas para esta pesquisa. Para tal, é proposta uma leitura da história a partir da etno-história.

A etno-história⁴ propõe um estudo a partir da visão do indígena ao possibilitar compreender que a noção de historicidade é construída a partir de cada cultura. Já no início do desenvolvimento da etno-história, na década de 1970, o pesquisador colombiano Manoel Guzman já afirmava: “todas as sociedades são estruturas similares sobre as quais se pode fazer juízos históricos de valor, já que cada qual mantém seu equilíbrio e busca seus objetivos” (GUZMAN, 1971, p. 88). Assim sendo, cada cultura teria seus meios e ferramentas para promover o controle histórico dentro de suas singulares perspectivas e motivações.

Nesse sentido, uma linha da etno-história defende que o olhar acadêmico não deve se sobrepor ao olhar indígena, abrindo uma nova modalidade de historiografia a

² Os estudos de Chmyz (2002) são os mais significativos nessa área, o autor reforça como os estudos sobre a região são raros e pouco valorizados.

³ Alguns trabalhos já realizados trazem referências históricas reforçando que Carijó seria uma denominação criada pelos europeus e, em algumas fontes se vê que assim se referiam a todo grupo Guarani. Reforçam assim que não existiu esta etnia, seriam um sub-grupo Guarani ocupantes do litoral que posteriormente com a invasão e ataque europeu migraram para o interior e se reintegraram aos outros agrupamentos Guaranis que ali já estavam. Uma das pesquisadoras que faz esta afirmação é Bond (1998).

⁴ O embasamento para uma pesquisa com a etno-história se dá, principalmente, a partir dos textos de Cavalcante (2011) e Mota (2014).

qual se dispõe a organizar as narrativas nativas e desvendar a compreensão histórica de cada povo⁵.

Ou seja, a linearidade, a busca de fatos documentais e dados concisos, o controle da história, são pressupostos da cultura ocidental e não pode se esperar que o povo indígena tenha algum conhecimento dentro destes pressupostos. As etnias tem cada qual a sua percepção da história, e é relevante este conhecimento ocidental para estes povos a partir de suas necessidades de legitimidade de suas culturas e histórias frente à nossa sociedade.

No entanto, partindo do recorte territorial, e conseqüentemente um recorte temporal específico para encontrar este povoamento nativo atuante, este formato de pesquisa que precisa um contato direto com o grupo investigado é impossibilitado. Por outro lado, a pesquisa com uma determinação espacial e temporal tem sua importância neste contexto, pois assim é possível rebater uma história oficial que dá voz apenas para os participantes europeus, tornando-os heróis de uma conquista.

Potencializa ainda traçar a ancestralidade do povo daquele território e construir um reconhecimento hoje inexistente. Ainda que não seja possível uma investigação com fontes diretas prezando uma descoberta das múltiplas concepções históricas, este recorte espaço tempo tem sua validade.

Apontamos assim que há uma variedade de caminhos dentro da etno-história. Cavalcante (2011) diferencia uma pesquisa “êmica”, a qual se baseia em uma fonte direta com indígenas; e uma “ética” com fontes diversas mas preservando o protagonismo do indígena na história.

O autor ainda pondera esta centralidade na pesquisa êmica. Aponta que ter como fonte única a narrativa nativa arrisca construir uma versão essencialista da história. Neste sentido ainda, ao se perder a limitação de uma pesquisa alçada em uma investigação sobre o “outro”, tendo este outro suas próprias estratégias e faltas, pode-se ter ainda o risco de criar uma versão conveniente da história. Aproximando a pesquisa de uma versão pós-moderna da historiografia na qual qualquer fato é passível de interpretação⁶.

⁵ Autores como Deturche (2012) defendem que a etno-história não teria sentido se servisse apenas para inserir o indígena em uma historiografia cronológica.

⁶ As considerações sobre a história como uma interpretação possível é atribuída a Hayden Whiten. E sendo a história uma questão de interpretação, você pode “escolher” um lado narrativo e “brigar” por ele. Ver em Zulian e outros (2010).

Um último ponto de limite da pesquisa êmica a ser salientado é que este formato subscreve as possibilidades de pesquisa apenas para os indígenas do presente, desconsiderando, em alguma medida, a ação colonizadora⁷ e o reconhecimento de grupos étnicos extintos (dada a violência desta ação). Desconsidera assim a própria historicidade em movimento destes grupos que se adaptaram e se reconfiguraram ao longo dos séculos.

Tendo em vista tais apontamentos, há uma proposição para uma viabilidade de variadas pesquisas dentro da etno-história, tanto partindo de uma fonte direta com a população nativa e a investigação de uma historicidade própria deste povo, como uma investigação com outras fontes; ressaltando as possibilidades e as limitações de cada uma destas vertentes.

O diferencial desta pesquisa é a concepção do indígena como um sujeito da história como pressuposto na reconstrução histórica seiscentista, remarcando os primeiros anos do encontro entre os europeus e os nativos. Neste sentido, repensamos o papel do indígena na história a partir do conceito de agency.

Este conceito foi utilizado por Thompson (1958) quando há mais de meio século o autor se preocupava em atentar para o fator de agencia do sujeito na teoria marxista. Segundo sua crítica, os autores estariam considerando como primordial na análise a estrutura social, como se o sistema fosse capaz de explicar toda a composição da sociedade. Para ele, a teoria marxista projeta a análise do sistema, mas em paralelo, o sujeito tem um papel primordial de pensar e transformar a sociedade. Na análise sugerida, a capacidade de agencia deve ter um foco central frente a estrutura.

Esta crítica entre a capacidade de ação do sujeito e sua condição pré-delimitada em uma estrutura é questionada na teoria antropológica cultural e na sociologia contemporânea, trazendo então uma percepção de que a estrutura se impõe à vida social ao mesmo tempo e sem primazia em que os indivíduos constroem a estrutura.

Serry Ortner (2007) propõe uma orientação sobre como compreender estes dois movimentos paralelos a partir da teoria da prática. A autora embasa suas considerações principalmente nos textos de Pierre Bourdieu, Antony Giddens e Marshal Sahlins; revendo uma noção de cultura e história que permita na análise a “síntese dialética” na oposição entre estrutura e agencia; e assim, ser capaz de avaliar “a produção do mundo por meio da prática humana”.

⁷ Cavalcante reforça a construção da identidade do indígena após o contato com o colonizador sendo influenciado por esta troca, como uma identidade que se constrói sob o olhar do outro.

No caso da revisão histórica sobre o povoamento nativo, significa propor uma análise que não projete o indígena apenas como sujeitos que sofreram a ação da história, ou apenas como objetos suscetíveis de uma estrutura colonizadora. Em outra medida, a capacidade de agencia dos indígenas como sujeitos atuantes e integrantes da história é um propósito central desta revisão histórica.

Para tal pesquisa temos a investigar duas diferentes fontes de pesquisa. A primeira são os relatos de viagens. Com esta fonte pudemos retratar contornos da organização nativa por estas terras e sua relação com os primeiros navegantes. Em paralelo, pudemos traçar algumas conclusões sobre a etnia dos nativos que em Paranaguá vivenciaram sua história.

Foram consideradas as obras de Binot Paulmier de Gonneville, Álvaro Núñez Cabeza de Vaca e Hans Staden, demarcando um recorte da primeira metade do século XVI. Todos estes viajantes cercaram em alguma medida o território pesquisado.

Em linhas gerais, Gonneville⁸ conviveu em 1504 por meses com indígenas que tem descrições muito próximas com os indígenas da região. A narrativa sobre o nativo é riquíssima, com detalhes sobre o agrupamento. Sabe-se, por exemplo, que o chefe da aldeia ao qual teve contato era encarregado de mais outros agrupamentos, e que ainda havia outros chefes como ele no mesmo grupo. E ainda afirma que o território do agrupamento estende até o por do sol (uma medida inexata mas que propõe uma ideia de grandiosidade).

Deve-se os detalhes ao tempo de convívio que Gonneville permaneceu e os laços que criou. Mas não se tem ao certo o lugar em que a embarcação atracou e o cronista também não nomeou o grupo que conviveu.

Já Cabeza de Vaca (1999) atraca na nomeada Ilha de Santa Catarina (hoje Florianópolis) em 1541 com o objetivo de chegar até o Rio da Prata. Com este objetivo, age para conciliar todos no local para encaminhar seu trajeto. Na obra há uma grande saudação aos jesuítas locais que se mobilizaram para este empenho, afirmando que só ocorreu com sucesso o longo trajeto graças aos que catequizaram os indígenas. No entanto, foi a partir dos laços de aliança dos indígenas do litoral com os interioranos que foi possível cruzar o interior, sendo evidente para os primeiros exploradores a dependência para com os nativos.

⁸ Sendo impossibilitada a investigação da obra de Gonneville no seu original, as observações contidas neste trabalho têm por referência os estudos de PERRONE-MOISÉS (1992), Pereira (1984) e Verliden (1959), autores que citam grande parte da obra com intervenções de análise.

Neste trajeto, descreve pouco sobre os nativos do litoral, mas afirma que encontrou os guaranis apenas no interior. Cabeza de Vaca chega a estas terras já com uma vasta experiência com indígenas ao norte do continente, tem uma maior sensibilidade sobre as diferenças étnicas do que um europeu comum à época. É possível, a partir de tais considerações, diferenciar culturalmente o indígena litorâneo do interiorano.

A terceira narrativa estudada nesta pesquisa foi Hans Staden (1930), que passou anos convivendo com os nativos locais. Chegando ao sul em 1549, passou pela baía de Paranaguá e fez o seu registro geográfico. Foi avisado em um primeiro porto ao norte da baía (Porto de Superagui) que os indígenas Carijó estariam em seu caminho e que era devido se atentar com estes.

Ficou por dois anos na Ilha de Santa Catarina por desencontro de sua tripulação convivendo entre os indígenas. Afirma que enquanto tinham “presentes”, ou seja, objetos de troca com os nativos, era tratados por eles muito bem. No entanto, quando estes objetos de interesse dos nativos eram escassos, ele e seus companheiros viveram grandes dificuldades com fome e a mercê de perigos. Situação que permite compreender esta inicial colonização de uma maneira mais difusa, não foi uma ação centrada e objetiva a todo tempo. Permite ainda propor uma dinâmica de trocas entre europeu e nativos na qual o nativo tem relativa autonomia para se dispor contra ou a favor o não indígena dentro de seus interesses.

Hans ainda nomeia constantemente os indígenas que localiza como Carijó, em outro momento, quando com o aldeamento da Vila de São Vicente ou com o agrupamento indígena Tupi..., confirma que por onde vá reconhecem os indígenas Carijós, tendo que pode-se confirmar que haviam indígenas que assim se reconheciam e que seus inimigos também os compreendiam dessa forma.

Temos um debate dentro do meio acadêmico que coloca em questão qual seria o agrupamento que estaria neste território. Há defesas de que seriam em verdade todos Guaranis, ou “guaranizados”. Ou ainda que reduzam a história dos Carijó ao agrupamento que esteve em contato com os europeus⁹. É impossibilitada dentro das circunstâncias uma afirmação categórica, nos deixando apenas a possibilidade de apontamentos.

⁹ Uma das possíveis histórias para o nome Carijó foi uma troca realizada entre um desertor e o agrupamento indígena em Porto dos Patos (local próximo a Ilha de Santa Catarina). Negociaram quase 400 patos selvagens, aos quais os indígenas denominavam Cariós por causa das mesclas pretas e brancas de suas penas (BUENO, 1998).

No entanto, é preciso ressaltar a complexidade das identidades indígenas, suas múltiplas possibilidades de reagrupamentos, alianças, influências em regiões fronteiriças¹⁰. Sendo não estáticas, não podemos demarcar uma etnia de uma forma tão categórica, ainda mais pautados pela noção de etnicidade que nos cabe hoje, séculos depois.

Em circunstâncias gerais, podemos afirmar que houve um agrupamento étnico habitantes do litoral sul que tinham o domínio sobre uma dada área e por um dado período, estes se diferenciavam do grupo que ocupava o interior. Eles se reconheciam como Carijó e o “outro”, seus vizinhos de território, também assim o compreendiam.

Uma segunda fonte apresentada são os historiadores parnanguaras e suas narrativas sobre o encontro entre a população nativa local e os europeus. Com esta análise podemos compreender a sequência histórica dos indígenas que aqui ocupavam, e ainda compreender como se deu a elaboração da versão que marginaliza a história nativa.

As obras de Antonio Vieira dos Santos (2000) e Manoel Viana (1976) são as mais referenciadas na cidade como uma historicidade originalmente local. Em ambas há um propósito de uma historicidade neutra, no entanto o texto contraria esta propositiva inicial ao exaltar a cidade em seus feitos históricos e apresentando o europeu que invadiu estas terras com adjetivações sempre positivas.

Na obra de Antônio Vieira dos Santos aparece, por exemplo, aparece a figura do “Bacharel de Cananéia”, um reconhecido traficante de escravos que desertado provavelmente em 1501 se estabelecera entre os indígenas na região de Cananéia. Em comunicação com a corte, o dito Bacharel conseguiu organizar um inicial sistema de escravização entre as etnias concorrentes (BUENO, 1998). Mas nas palavras de Vieira dos Santos, este traficante constituiu um povoado “de boa paz e amizade”, reforçando a “fraternidade” que ali reinava.

O caráter de “amistoso” e “desbravador” sobressai em toda a narrativa sobre os europeus, que entraram na baía de Paranaguá por “intuição” e trouxeram educação, civilidade e religião aos nativos. Estes são relegados sempre a uma passividade, não descrevem suas reações, não têm grandes motivações, apenas sofrem as decisões dos personagens centrais glorificados por construir a cidade deles.

¹⁰ Considerações sobre a construção da identidade indígena em Mota e Assim (2014) e Wachowicz (1995).

Os textos abordam os atos heroicos dos europeus como se exaltassem a si, construindo o laço de ancestralidade apenas com os não-indígenas, negando o passado nativo como algo de sua própria história. E mesmo quando aparecem personagens reconhecidamente violentos, postura que coloca em dúvida a narrativa amistosa que constroem, justificam essa violência como necessária para aquela situação, transformando um caráter negativo em positivo - “para lidar com os índios daquela época, só homens de uma tempera de aço a toda prova...” (VIANA, 1971, p. 12).

Temos ainda um contraponto com a obra de Romario Martins¹¹. Sua narrativa é a mais eloquente sobre a “conquista”, mas de tanto reforço acaba evidenciando as ausências dos atos dos colonizadores.

O autor mantém a polarização entre adjetivações, afirma que os índios eram um empecilho para o descobrimento. Mas que eram fantasiosos e “aluados”, o que contribuiu para a conquista pois os portugueses, por sua vez, “apta por temperamento para receber a influencia do mysterio e do deslumbramento” (MARTINS, p. 2). Mesmo em situações em que as posturas se assemelham, os indígenas são “aluados” em oposição aos portugueses “deslumbrados pelos mistérios”.

Apesar de negatizar constantemente o indígena, descreve a sucessão da mestiçagem como positiva - um povo “ousado e sedento de luta”. Mas afirma que este mestiço foi oriundo do europeu “cauteloso” que se “arriscava” na busca do indígena em seu “cativeiro”.

Em sua narrativa cronológica, confirma que houve uma primeira tentativa de “descer a Serra do Mar” em 1585. Mais de 150 “homens brancos” foram “mortos pelos naturais do país”, considera este episódio uma carnificina. Depois deste desfecho, “São Vicente pedia vingança”.

Habitados a se fazerem servir por indígenas que escravizavam, os povos de S. Vicente allegavam ainda, nesse documento, que suas fazendas pereciam a mingoa de serviçães, pois que mais de 2.000 índios até então ali haviam sucumbido de epidemias. (MARTINS, p. 7)

¹¹ O livro utilizado para a pesquisa faz parte do acervo digital do Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá. Tendo acesso apenas à sua versão em pdf, não há referências sobre a data de publicação da edição utilizada.

Martins confirma outra versão das intenções sobre a invasão dos europeus na Baía de Paranaguá. Primeiro, reforça certo conflito direto com os indígenas locais em tentativas anteriores de expansão de território. Segundo, a necessidade do reforço da mão-de-obra escrava, tendo problemas com epidemias que atingiam e reduziam a população que os serviam nas vilas já estabelecidas, ao qual se deve ao crescimento da população branca nestas vilas, as que requeriam ser servidas.

Por tais circunstâncias, anunciaram guerra aos Carijós. Esta seria em ataque pelo mar e não aceitariam trégua aos “gentios”, sob a condição única de “submissão absoluta”. Cenário este que contradiz as fontes supracitadas demarcando as características amistosas do colonizador. E assim se “descobriu Paranagoá”.

Martins afirma ainda que esta inicial invasão só foi vitoriosa após anos de confronto, quando só depois de combaterem na Ilha da Cotinga, conseguiram e “se afoitaram os portugueses a substituir pela exploração de terra firme.” (iden, p. 9). Afirma que houve ali um “atropelamento” dos índios para que pudessem explorar as terras e verificar o que podiam encontrar ali. Só então que foi possível a localização das jazidas de ouro.

Com base em tais fontes pudemos repensar a construção da identidade indígena tal como propor questionamentos sobre a etnia dos ocupantes nativos que povoavam o litoral do Paraná. Por meio desta busca, contrastamos uma versão oficial da história embasada em uma atitude heroica dos primeiros exploradores destas terras com evidências sobre a dependência destes primeiros povoamentos para com os nativos.

Sendo assim, esta construção entre domesticados ou “selvagens violentos” não cabe na agência indígena nestes tempos. A vida aqui só foi possível dada a uma troca de conhecimentos e informações entre indígenas e europeus. Estes indígenas que abriam os caminhos para as explorações, que determinavam os caminhos pelo interior conforme as suas alianças, que compartilharam histórias sobre esta terra que encantou os navegantes.

A partir da história revisada, pudemos também comprovar que a invasão das terras de Paranaguá foi intencional, estrategicamente arquitetada. Houve uma conquista violenta fomentada por interesses econômicos e atentos na possibilidade de escravizar aquela população. Por sua vez, os nativos se defenderam. Sendo assim, o europeu não “explorou e descobriu”.

Referências:

BOND, Rosana. **A saga de Aleixo Garcia**: o descobridor do Império Inca. Editora Insular, 1998.

BUENO, Eduardo. **Náufragos, traficantes e degredados: as primeiras expedições ao Brasil, 1500-1531**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998. (arquivo em pdf).

CABEZA, DE VACA; NUÑEZ, Álvar. Naufrágios e comentários. Porto Alegre: L&PM, 1999.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa. *História*, p. 349-371, 2011.

CHMYZ, Igor. A tradição Tupiguarani no litoral do Estado do Paraná. *Rev. Circ. Estud. Bandeir*, v. 16, p. 71-95, 2002.

DOS SANTOS, Fabiane Vinente. Comida de branco, comida de índio: consumo alimentar, agency e identidade entre mulheres indígenas urbanizadas no Alto Rio Negro. *Revista Temáticas* n. 31, p. 38-48, 2008.

GUZMÁN G., M. Etno-historia, estructuralismo y marxismo. *Universitas Humanística*, v. 1, n. 1, 1 maio 1971.

MARTINS, Romario. Pernagoá – o histórico de sua fundação. (arquivo em pdf).

MOTA, Lúcio Tadeu; ASSIS, Valéria Soares de. *Populações indígenas no Brasil: histórias, culturas e relações interculturais*. Maringá: Eduem, 2008.

MOTA, Lucio Tadeu. Etno-história: uma metodologia para abordagem transdisciplinar da história de povos indígenas/Ethno-history: A methodology for the transdisciplinary approach of the history of indigenous peoples. *Patrimônio e Memória*, v. 10, n. 2, p. 5-16, 2014.

ORTNER, Sherry B. Poder e Projetos. **Conferências e diálogos: saberes e práticas antropológicas**, p. 45, 2007. PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Vinte luas: viagem de Paulmier de Gonneville ao Brasil: 1503 -1505*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1992.

SANTOS, Antonio Vieira dos. *Memória Histórica de Paranaguá*. Curitiba: Editora Gráfica Vicentina Ltda, 2000.

THOMPSON, Edward P. Agency and Choice. *New Reasoner*, v. 5, p. 89-106, 1958.

VERLIDEN, Charles. Paulmier de Gonneville e os índios do Brasil em 1504. Revista de História, v. 19, n. 39, p. 3-17, 1959.

VIANA, Manoel. Paranaguá na História e na Tradição. 1.ed. Curitiba: Editora Gráfica Vicentina Ltda, 1976